

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINESE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TAÍSA DE ALMEIDA ROSA

**Segurança Alimentar e Nutricional: Uma análise sobre a realização
do PAA no município de Campos dos Goytacazes/ RJ, no Norte
Fluminense**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R788s Rosa, Taísa de Almeida
Segurança Alimentar e Nutricional : Uma análise sobre a
realização do PAA no município de Campos dos Goytacazes/RJ
no Norte Fluminense / Taísa de Almeida Rosa ; Vanessa Lopes
Teixeira, orientador. Campos dos Goytacazes, 2018.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos
Goytacazes, 2018.

1. Assentamentos em Campos dos Goytacazes. 2. PAA. 3.
Produção intelectual. I. Teixeira, Vanessa Lopes,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III.
Título.

CDD -

TAÍSA DE ALMEIDA ROSA

**Segurança Alimentar e Nutricional: Uma análise sobre a realização
do PAA no município de Campos dos Goytacazes/ RJ, no Norte
Fluminense**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Departamento de Economia do Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal Fluminense
para a obtenção de título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Dra. Vanessa Lopes Teixeira

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2018

TAÍSA DE ALMEIDA ROSA

**Segurança Alimentar e Nutricional: Uma análise sobre a realização
do PAA no município de Campos dos Goytacazes/ RJ, no Norte
Fluminense**

Monografia submetida ao Departamento de
Economia da Universidade Federal
Fluminense - Pólo Universitário de Campos
dos Goytacazes para a obtenção de título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Dra. Vanessa Lopes Teixeira

Avaliada em _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maracajaro Mansor
Universidade Federal Fluminense

Me. Guilherme Rodrigues Lima
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Vanessa Lopes Teixeira – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço as pessoas que mais me ajudaram nessa caminhada: tia Débora e tio Ronaldo. Por todo amor, por todo incentivo e por sempre acreditarem em mim.

A minha família, em especial meu pai e minha irmã, por serem meu porto seguro.

A minha orientadora Vanessa pela sua amizade, por toda instrução e boa vontade em me ensinar.

Sou grata também a Universidade Federal Fluminense e aos professores que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Aos meus amigos que estiveram comigo nos melhores e piores momentos da graduação, por dividirem suas alegrias e tristezas e por tornarem a faculdade um lugar mais divertido.

Aos meus entrevistados por contribuírem com minha pesquisa, por me cederem parte do seu tempo e pelas conversas esclarecedoras.

Não poderia deixar de agradecer a Deus e a minha mãe que sempre está presente em pensamento, tenho certeza que ficaria muito feliz em dividir esse momento comigo.

RESUMO

A presente monografia busca analisar de que modo a Agricultura Familiar contribui com a questão da Segurança Alimentar e Nutricional, e a abrangência das principais políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da insegurança alimentar. Para isso foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, com foco no município de Campos dos Goytacazes, e pesquisa com agricultores assentados e representantes do poder público municipal. De acordo com os resultados pode-se concluir que a agricultura familiar desenvolve um papel essencial na promoção da segurança alimentar, dado que ela é capaz de produzir alimentos suficientes para atender a população que sofre com os problemas da fome. Os agricultores do município se deparam com diversas barreiras ao comercializar sua produção agrícola, esse fato esclarece a necessidade de políticas públicas para a solução desses problemas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Comercialização; Campos dos Goytacazes; Políticas Públicas

ABSTRACT

This research aims to analyze how Family Agriculture contributes to the issue of Food and Nutrition Security. It was also researched how the main public policies are able to reduce the indices of food insecurity and to increase the means of commercialization of agricultural products. For this, a bibliographical review was done on written works on the theme of the Campos dos Goytacazes region, and a survey of settled farmers and representatives of municipal public power. According to the results it can be concluded that family farming plays an essential role in promoting food security, because it is able to produce enough food to meet the population suffering from the problems of hunger. Farmers in the municipality face several barriers in marketing their agricultural production, which clarifies the need for public policies to solve these problems.

Key words: Family Agriculture; Food and Nutrition Security; Commercialization; Campos dos Goytacazes; Public Policies

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Conceitos introduzidos por Josué de Castro	24
Quadro 2: Modalidades do PAA	36
Tabela 1: Famílias assentadas, ano de criação e área da ocupação dos PA	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APRUMAB:** Associação dos Produtores Rurais de Barbosa e Marrecas
- BNDES:** Banco Nacional do Desenvolvimento
- COMSEA:** Conselho Municipal de Segurança Alimentar
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- CONTAG:** Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares
- COOPSCAMP:** Cooperativa dos Assentados de Campelo e Região
- CPT:** Comissão Pastoral da Terra
- CUT:** Central Única dos Trabalhadores
- DAP:** Declaração de aptidão ao Pronaf
- DHAA:** Direito Humano a Alimentação Adequada
- EBIA:** Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
- FAO:** Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FNDE:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social
- MST:** Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- OMC:** Organização Mundial do Comércio
- PA:** Projeto de Assentamento
- PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos
- PIDESC:** Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais
- PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PROFESP:** Programa Forças no Esporte
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROVAP:** Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural

Sumário

Introdução	10
CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO E HISTÓRIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12
1.1 A evolução do conceito da SAN	12
1.2 O Direito Humano a Alimentação Adequada	18
1.2 Soberania Alimentar	20
1.4 O Problema da Fome	21
CAPÍTULO 2: CONCEITO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	25
2.2 A Reforma Agrária no Brasil e sua colaboração ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional	28
2.3 Principais Políticas Públicas adotadas para incentivo da agricultura familiar e sua interface com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional	31
2.3.1 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ...	31
2.3.2 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	34
CAPÍTULO 3: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	38
3.1 O município de Campos dos Goytacazes	38
3.2 Ações do Poder Público Municipal e de Agricultores Familiares referentes ao tema da SAN	43
3.3 O acesso ao PAA por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Barbosa e Marrecas	44
3.4 Dificuldades na comercialização da produção agrícola e obstáculos para a realização do PAA	45
3.5 O Programa Forças no Esporte e sua atuação no município de Campos dos Goytacazes	47
Considerações finais	49

INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar é caracterizada pelo cultivo da terra efetuado por pequenos proprietários rurais, onde a atividade agrícola é mantida essencialmente pelo núcleo familiar. A diversidade produtiva é uma particularidade marcante dessa classe, onde os agricultores buscam técnicas sustentáveis de agricultura e possuem uma relação íntima com a terra, por ser sua moradia e local de trabalho.

No Brasil, a principal política pública de incentivo a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF foi criado em 1996 com objetivo de estimular esse segmento de produtores por meio da liberação de créditos para diversas finalidades vinculadas ao custeio e investimentos no setor.

Uma parte das pequenas propriedades onde se desenvolve a agricultura familiar são os projetos de assentamentos (PA), resultantes da luta pela Reforma Agrária, realizada pelos agricultores por intermédio de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em Campos dos Goytacazes, locus dessa pesquisa, estão concentrados 10 projetos de assentamento com 1.076 famílias assentadas numa extensão de 17.738 hectares.

Outra característica muito importante da agricultura familiar é sua contribuição com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esse tipo de produção é capaz de garantir a segurança alimentar por meio da diversificação dos alimentos (CONSEA, 2004). Em vista disso, o governo federal busca implantar uma série de políticas públicas em função de reduzir a fome, além de possibilitar a geração de renda e trabalho no campo, fortalecendo a agricultura familiar. Uma dessas políticas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA foi constituído em 2003, no âmbito do Projeto Fome Zero, e tem como principal finalidade promover o acesso aos alimentos e incentivar a agricultura familiar. A principal ação do programa consiste em comprar alimentos produzidos por agricultores familiares, sem necessidade de licitação, e fornecer esses alimentos as pessoas em situação de insegurança alimentar.

A presente pesquisa pretende contribuir para o entendimento da realização do PAA na cidade de Campos dos Goytacazes, no contexto da Reforma Agrária, presente no município através do MST desde os anos 1990. O principal objetivo

deste trabalho foi investigar como o poder público municipal discute o tema da Segurança Alimentar e Nutricional e como o PAA se realiza no município, além de buscar entender quais são suas principais dificuldades no que se refere implementação do programa e ao acesso dos agricultores.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, descritos a seguir, além desta introdução e considerações finais: no capítulo um é apresentada a revisão teórica que fundamenta essa pesquisa no que diz respeito a Segurança Alimentar e Nutricional. Esta seção apresenta o conceito e a contextualização da SAN e analisa temas sobre o direito humano a alimentação e soberania alimentar, além de fazer uma breve sistematização sobre problema da fome no país.

No segundo capítulo discutem-se os referenciais teóricos sobre a agricultura familiar abordando sua interface com a segurança alimentar, e se desenvolve uma discussão sobre como a política de Reforma Agrária contribui para este assunto. Ainda neste capítulo são pontuadas as políticas públicas governamentais direcionadas aos produtores familiares.

No terceiro capítulo apresenta-se um breve relato sobre a formação econômica da região Norte Fluminense e mais especificamente do município de Campos, destacando as condições do trabalhador rural. Neste capítulo também é feita a análise dos dados obtidos a partir de revisão bibliográfica e entrevistas com agricultores familiares e representantes públicos locais, além da análise de participação de reunião entre agricultores e representantes da Secretaria de Agricultura e Emater, juntamente com os representantes do Exército para discutir assuntos referentes ao PAA. Nestas análises, as variáveis observadas concentravam-se nas questões em torno da Segurança Alimentar e Nutricional no município e sua relação com a agricultura familiar, e também acerca do funcionamento do PAA na cidade.

Por último, apresentam-se as considerações finais e reflexões feitas ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO E HISTÓRIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1.1 A evolução do conceito da SAN

O alimento é uma necessidade essencial para a vida, sendo assim certamente o primeiro entendimento sobre Segurança Alimentar, mesmo não sendo utilizado esse termo, já predominava no princípio da humanidade, compreendendo a necessidade de garantir o alimento de cada dia para si e sua família. Esse entendimento foi se estendendo dos indivíduos para a sociedade à medida que as pessoas se organizavam em grupos maiores. Segundo evidências históricas, o abastecimento alimentar sempre foi prioridade para a sobrevivência e desenvolvimento das populações (Montaña, 2009).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi introduzido a partir da Primeira Guerra (1914-1918), onde ficou claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos (Maluf 2011). Neste período os indivíduos sofriam com a desnutrição, doenças e miséria, a maioria morria sem nenhuma assistência. A partir de então, o conceito de Segurança Alimentar constituiu-se ponto central de discussões entre os países para que haja maior atenção para questão da fome de sua população, através da mobilização social e do próprio governo.

Desde que o conceito de SAN ganhou importância, tornou-se objetivo principal de desenvolvimento de economias que visam a melhor qualidade de vida para a população através do trabalho, condições de estudo e moradia, mantendo ativo o ciclo econômico dos mercados interno e externo. Por meio de políticas de transferência de renda, o governo contribui para que as famílias mantenham certo nível de vida, fornecendo créditos para que adquiram sua alimentação (Maluf, 2011).

Em esfera internacional, primeiramente a origem do conceito de Segurança Alimentar foi associado à ideia de segurança nacional e da capacidade dos países providenciarem sua própria alimentação, de forma a não ficarem vulneráveis a possíveis obstáculos de origem política ou militar. Para Maluf (2011), a Primeira Guerra Mundial foi uma experiência traumática, evidenciando que a alimentação era uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que

não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos (Maluf 2011).

O debate sobre a Segurança Alimentar ganhou forças e espaço depois da Segunda Guerra (1939-1945), especialmente depois da criação da FAO/Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e da Organização Mundial da Saúde/OMS (1948), que teve como base a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentos e Agricultura realizada em Virginia, nos EUA, em 1943. Após a Segunda Guerra Mundial, a segurança alimentar foi consensualmente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Em resposta eram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas em especial, mediante os excedentes de produção dos países ricos (Burity et al., 2010).

Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) o assunto ganhou maior destaque mundial, dado que a missão principal desse organismo é garantir a nutrição dos povos, assim tornou-se ponto fundamental na orientação sobre o tema da segurança alimentar. Segundo a FAO, o conceito de Segurança Alimentar é o direito das pessoas se alimentarem a todo tempo, com uma alimentação que seja suficiente, segura e adequada as necessidades nutricionais e preferência alimentar dos indivíduos, de modo a propiciar vida ativa e saudável (FAO, 1997).

Em 1974, a quantidade de alimentos do mundo diminuiu inesperadamente devido a uma queda na produção em países como União Soviética, Índia, China e Austrália, por conta disso uma crise alimentar se desencadeou. A crise elevou o preço dos alimentos destacando a desigualdade social entre os países, por isso a FAO organizou a primeira *Cimeira Mundial da Alimentação (CMA)* onde ficou decidido sobre a necessidade de proporcionar a disponibilidade de alimentos para todas as famílias, levando os líderes mundiais a aceitarem a responsabilidade de lutar contra fome e desnutrição em seus governos. O entendimento sobre o conceito ainda tinha como ponto principal a capacidade produtiva da agricultura como forma de garantir a disponibilidade de alimentos e um baixo nível de preços dos alimentos básicos, essa perspectiva criou suporte para que a Revolução Verde tivesse meios de solucionar o problema da fome através do aumento total da produção agrícola (Jalil, 2009).

A Revolução Verde foi iniciada sob suporte do Banco Central e surgiu num contexto onde os países vencedores da Segunda Guerra e as grandes indústrias bélicas buscavam meios de manter os lucros alcançados durante o conflito. O Estado teve participação nos financiamentos assim como a iniciativa privada, que vira na agricultura um espaço favorável para reprodução do capital. Essa revolução se sustentava em três pilares: industrialização intensiva, utilização de insumos químicos industriais (como fertilizantes, sementes desenvolvidas em laboratório que possuem alta resistência a pragas e doenças, e agrotóxicos) e sistema de crédito rural (Lima & Sampaio, 2015).

Empresas ligadas às indústrias de agroquímicos tinham como argumento a erradicação da fome e da desnutrição através de um aumento da produção agrícola, onde se fazia necessário a adoção de um modelo de grandes propriedades que empregam em sua produção altas quantidades de insumos químicos, fertilizantes e agrotóxicos. Essa modernização da agricultura trouxe consigo problemas relacionados a concentração de terra e condições de trabalho, onde o objetivo da estratégia agroindustrial era exportações, não priorizando a produção de alimentos básicos para o mercado doméstico. Nessa mesma época cresceu o êxodo rural e o desemprego, o que teve como consequência aumentos significativos no nível de pobreza e fome.

No início da década de 80 é deixada de lado a ideia de que apenas a disponibilidade de alimentos resultante da produção agrícola é a chave do problema da fome, a partir daí o foco da segurança alimentar volta-se para a questão da demanda, sobre o acesso aos alimentos das populações de maior vulnerabilidade social. A abordagem da SAN se modificou bastante, principalmente depois da década de 1970 até os anos 90, onde foram incorporadas novas dimensões e perspectivas ao conceito, tais como o acesso aos alimentos, a utilização biológica dos alimentos, saúde dos indivíduos, educação alimentar e pureza dos alimentos, sustentabilidade e preferências alimentares relacionadas a questões culturais ou religiosas (Jalil, 2009).

Outro momento importante para o tema da Segurança Alimentar e Nutricional foi a Cúpula Mundial de Alimentação organizada pela FAO em Roma no ano de 1996, onde se amplia o conceito da SAN. Nesta ocasião os Estados assumiram o compromisso de erradicar a fome em todos os países, dando ênfase a questão da

falta de recursos para a compra, em que a questão central era o direito ao acesso individual a alimentação. A partir disso, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições estatais e instituições internacionais tomaram o assunto como ponto central e indispensável ao contestar o modelo de desenvolvimento que estava sendo aplicado. Assim, a articulação dos Estados em promover políticas públicas em relação a esse tema foi fundamental para o reconhecimento dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e para levantar o debate internacionalmente.

Segundo Madruga (2009), o conceito de segurança alimentar evoluiu junto às lutas a favor da democratização, por uma sociedade mais justa e igualitária. Para falar sobre o problema da fome é necessário destacar o notável papel de Josué de Castro que, nos anos 1940 e 1950, compreendeu o problema da fome segundo a realidade que viveu ainda na infância, no Nordeste. Ele deixou claro que a fome não é um fenômeno natural, mas sim um problema social que pode ser resolvido por intermédio da ação humana, concluiu também que a luta contra a fome não demandava somente uma maior produção agrícola, mas também uma melhora na distribuição dos alimentos. A ditadura militar iniciada no país em 1964 exilou Josué de Castro até sua morte e tentou diminuir a luta de pessoas que buscavam a melhoria da situação da fome no país, mesmo assim nas ruas se ergueu um movimento contra a Carestia que, no final da década de 70, reuniu trabalhadores e donas de casa contra aumentos abusivos nos preços dos alimentos. Foram colhidas cerca de 1,3 milhão de assinaturas e realizadas manifestações nas ruas em protesto contra a indiferença do governo militar frente a alta dos preços, esse fato não conseguiu alcançar uma vitória concreta de imediato, porém disseminaram condições que embasaram avanços que iriam acontecer futuramente (Menezes, 2010).

Em 1985, primeiro ano após a ditadura militar, a expressão *segurança alimentar* foi usada pela primeira vez, em um documento do Ministério da Agricultura, intitulado *Segurança Alimentar – proposta de uma política de combate à fome*. Um ano após esse documento foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, ação que direcionou a atenção de profissionais da saúde e membros da sociedade para o tema da segurança alimentar e nutricional. Até esse

período, a ideia de Segurança Alimentar apenas considerava a situação nutricional dos indivíduos, com foco na desnutrição infantil (Maluf, 2010).

A mobilização social torna-se mais intensa a partir do início da década de 90, onde ocorreram várias mobilizações em prol da situação da fome no país. Em 1991 “governo paralelo” - liderado por Luís Inácio Lula da Silva, como forma alternativa ao governo Collor de Melo - elaborou a proposta de Política de Segurança Alimentar. Esta foi entregue dois anos depois ao novo presidente Itamar Franco, que tomara posse diante do *impeachment* de Collor. Nele, já estava prevista a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), como de fato ocorreu em maio de 1993 (Menezes, 2010).

Este conselho, vinculado à Presidência da República, assume a função de ligar os vários organismos do governo em conjunto com a sociedade civil. É neste contexto que surge a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, movimento social liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que mobilizou milhares de famílias sob o lema “A fome não pode esperar”, criando milhares de comitês de solidariedade espalhados pelo país (Maluf, 2010). Porém, a experiência do Consea foi curta e teve suas ações limitadas após um ano, devido a decisões tomadas no governo que sucedeu Itamar Franco. O novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, redefiniu a orientação da política social não mais priorizando a fome e encerrando a experiência do Consea através de um decreto presidencial. Diante desse contexto os movimentos contra a fome procuraram manter sua articulação, mas pouco a pouco foram enfraquecendo.

O resgate da questão alimentar na agenda política aconteceu no início dos anos 2000 e se relaciona com dois fatores: o primeiro deles é a intensificação do problema da fome e pobreza e a vulnerabilidade das famílias, agravada a partir da crise econômica e aumento do desemprego no final da década de 90; outro fator importante foi a iniciativa dos organismos internacionais – FAO, ONU e Banco Mundial – que passaram a desenvolver ações de combate à pobreza e insegurança alimentar (Maluf, 2010)

Em 2001, o Instituto da Cidadania lançou um documento chamado *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*, documento base do atual programa Fome Zero, elaborado com participação de ONG's, sindicatos, movimentos sociais, institutos de pesquisa e demais

especialistas. Esse documento, assinado por Lula, tem como base o direito humano a alimentação, onde reformulou o conceito de segurança alimentar, qualificou a fome predominante no país e também suas causas, além de apresentar propostas políticas com objetivo de solucionar o problema. A proposta engendrada evidenciou a necessidade da participação social em sua formação, além de propor que esta política esteja diretamente vinculada à Presidência da República, mencionando a retomada do Consea – fato que se concretizou com a eleição do presidente Lula.

Eleito presidente, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a responsabilidade de pôr em prática o que estava proposto no Programa Fome Zero, além de declarar a erradicação da fome e pobreza como foco principal de seu governo. Para Maluf (2006), foi a partir de 2003 que o Brasil entrou numa nova fase de construção da agenda pública de SAN, o autor argumenta sobre três vias principais da construção da Segurança Alimentar e Nutricional: o Fome Zero junto aos programas implementados pelos governos e o Consea que tem fundamental importância e contribuição a partir dos seus projetos e iniciativas procedentes da sociedade civil e movimentos sociais.

O Programa Fome Zero, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), se expressa em mais de trinta programas complementares, divididos em 4 eixos articuladores: Eixo 1 – Acesso aos alimentos; Eixo 2 – Fortalecimento da Agricultura Familiar; Eixo 3 – Geração de Renda; Eixo 4 – Articulação, Mobilização e Controle Social. Este programa ainda possui um conceito em evolução, cuja definição ainda está por se consolidar através do tripé formado pela extinção da fome, enfrentamento da pobreza extrema e desigualdade social, e promoção da segurança alimentar e nutricional (Maluf, 2007).

O conceito de SAN, ainda em processo de elaboração, legitimou-se quando foi corroborada a Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, determinando a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa lei estabeleceu diretrizes, princípios e objetivos do SISAN, por meio do qual o poder público junto com a sociedade civil se encarregam de formular e executar planos e programas que asseguram o direito humano à alimentação (Consea, 2006).

Portanto, a política de Segurança Alimentar busca garantir o direito básico a alimentação atendendo pessoas em situação de insegurança alimentar. Utilizar o conceito de segurança alimentar traz consigo uma ação politizadora, que faz ampliar

a cidadania e favorecer a superação de um passado paternalista (Belik e Takagi, 2006 *apud* Jalil, 2009). A alimentação é um elemento básico para a sobrevivência humana, deste modo a promoção da SAN se expressa no direito humano a alimentação, na medida que as pessoas não sobrevivem sem acesso aos alimentos. Para Maluf (2004 *apud* Madruga 2009), a Segurança Alimentar e Nutricional é um objetivo de ações e políticas públicas subordinado a dois princípios: (i) o direito humano à alimentação adequada e (ii) saudável e à soberania alimentar.

1.2 O Direito Humano a Alimentação Adequada

Todo o cidadão tem direito à alimentação saudável e suficiente desde o início da sua vida até a sua morte. Dessa forma, o indivíduo pode garantir a sua saúde e a dos seus familiares, tanto no presente quanto na continuidade da vida (Valente, 2002). O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é indispensável para a sobrevivência, sendo condição para o exercício da cidadania. As normas internacionais reconhecem os direitos de todos a uma alimentação saudável e o direito fundamental de todo cidadão estar livre da fome, como pré-requisito para a realização de outros direitos humanos (Valente, 2007 *apud* Macedo et al 2009). No relatório especial para a ONU de 2002 consta que:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.¹

A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), reconhecendo que o DHAA possui dois aspectos distintos: o direito de estar livre da fome e o direito a uma alimentação adequada. Para Burity et al (2010), a interface dessas duas dimensões do DHAA torna necessário que os demais direitos humanos sejam garantidos, visto que a saúde das pessoas é resultado de diversos fatores

¹ Fonte: (http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf)

sociais, culturais, psicológicos entre outros, que atuam como determinantes ou condicionantes da saúde física e mental.

Para Burity et al (2010), o conceito de DHAA não deve limitar-se apenas a luta contra a fome, pois os seres humanos precisam de muito mais do que suprir as suas necessidades de uma alimentação equilibrada para terem qualidade de vida. A promoção da garantia do DHAA anda de mãos dadas com a promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, políticas de saneamento básico e abastecimento de água, alimentação escolar entre outros.

Não é possível descrever todas as ações necessárias para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois cada nação, cidade ou família exerce seu direito alimentar de modo diferente, de acordo com suas particularidades, dificuldades e cultura. É importante destacar que o DHAA está relacionado com a dignidade do cidadão, a justiça social e a realização dos demais direitos humanos, o que indica claramente a necessidade de políticas públicas e que tenham como princípio a intersetorialidade para que se possa promover a realização dos direitos humanos.

Por meio do estudo de Valente (1996 *apud* Hirai 2007), conclui-se que o direito básico à segurança alimentar deve ser garantido por meio de políticas públicas e privadas sendo o Estado o responsável pela realização desses direitos destacando a extrema importância da participação da sociedade civil em situações que o Estado é incapaz de agir.

Cabe destacar que na perspectiva da promoção dos direitos humanos, o processo é tão importante quanto o resultado, neste sentido é necessário que as práticas que promovam o DHAA considerem princípios harmoniosos com esse direito, e assim não usem de práticas paternalistas ou autoritárias. Desta forma, para promover a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada é fundamental que as ações do governo e o estabelecimento de políticas públicas – assim como seu planejamento e monitoramento – sejam feitas de maneira democrática e participativa, que permita uma relação mais estreita entre Estado e sociedade, sendo mais inclusivo e que respeite as diferenças entre os seres humanos (Burity et al).

1.2 Soberania Alimentar

Para compreender os motivos e a origem do conceito de soberania alimentar, não é possível separá-lo da concepção de Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente do papel do Brasil no cenário mundial. No contexto brasileiro essas questões aparecem como auxiliares para ações do governo na elaboração de políticas públicas e também surge de maneira complementar para a organização da sociedade civil e movimentos sociais, na promoção de novos arranjos institucionais e implementação de políticas públicas. Assim como não se pode desvincular o conceito de Soberania Alimentar da noção de Segurança Alimentar, é fundamental que seja clara a sua relação com o problema da fome e desnutrição. Durante a maior parte do século XX o assunto da fome era tratado como um problema social oriundo de fenômenos naturais, foisó a partir da obra de Josué de Castro “Geografia da Fome” que se concebeu a ideia de que a fome era um problema social resultante da má organização social e problemas na distribuição dos alimentos (Jalil, 2009).

O conceito de Soberania Alimentar nasce de uma insuficiência na formulação da SAN. O assunto foi introduzido pela Via Campesina, em 1996, na Cúpula Mundial Sobre a Alimentação, realizada pela FAO. O debate oficial girava em torno da noção de segurança alimentar em conformidade com o DHAA, porém as organizações camponesas apontavam críticas relacionadas a conduta dos governos sobre o assunto. A crítica girava em torno do método como os governos comandam essa discussão, em consenso com a hegemonia neoliberal e o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), na década de 90, fazendo com que o direito humano a alimentação se realize através da liberalização do comércio dos alimentos, abrindo portas para que a alimentação se torne um negócio lucrativo (Stedile& Carvalho, 2010).

Previamente, a concepção de soberania alimentar é que o alimento não é uma mercadoria, mas sim um direito humano, e a distribuição dos mesmos é uma questão de sobrevivência e não comercial. Assim a soberania prega que além da população ter acesso aos alimentos, cada país tem seu direito de produzi-los pois isso garantirá o controle sobre sua existência, dado que o controle da produção de seus próprios alimentos garante a população o acesso

a produtos alimentícios durante todo ano. Também é fundamental que esses alimentos não prejudiquem o ambiente onde permanecem, além de suprir necessidades básicas de nutrição e hábitos alimentares culturais. Daí resulta o conceito de que a soberania alimentar significa que cada nação, região ou povo tem o direito e dever de produzir seus próprios alimentos.

Se a produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, o mesmo não pode ficar dependente das vontades políticas ou práticas de governos de países estrangeiros. A partir dessa sistematização, a Soberania Alimentar se torna um princípio político dos movimentos sociais e fortalece sua relação com a sociedade e governo, auxiliando a articulação e implementação de novas políticas (Stedile & Carvalho, 2010).

1.4 O Problema da Fome

Na década de 1970 o padrão de acumulação capitalista, fordista-taylorista, entra em colapso e tem como resultado uma grande crise político-econômica, onde a política de regulação keynesiana, baseada no tripé “trabalho, direito e proteção social pública”, sofre uma significativa queda. Deste modo, como resposta à crise, o toyotismo surgiu como uma nova forma de acumulação capitalista baseada na flexibilidade da produção, consumo e trabalho; e o neoliberalismo como novo ideal político de regulação da economia (Rodrigues, 2005).

Essa série de mudanças resulta em más influências ao trabalho e as políticas e direitos sociais adquiridos, como produto disso crescem a desigualdade social e a miséria e ocorre segregação da classe trabalhadora, onde aumenta o número de desempregados e de pessoas sem oportunidades de ingressar no mercado de trabalho. Em esfera estatal acontece a reforma do Estado, respaldada no neoliberalismo unido às políticas estruturais do Consenso de Washington, onde ocorre um corte nos gastos governamentais, políticas de estabilização monetária, reforma fiscal e elevação da taxa de juros.

Como consequência da reforma do Estado, modificaram-se as relações entre Estado, sociedade e mercado: a partir de então são implementadas medidas de ajuste econômico e reformas institucionais, privatizações e deterioração dos direitos sociais e trabalhistas, além do aumento da exploração do trabalho e

enfraquecimento do poder dos sindicatos. Nessa situação há um crescente número de pessoas marginalizadas, que se encontram sem o amparo das políticas sociais; excluídos socialmente. As políticas sociais se tornam cada vez mais focalizadas e privatizadas, afastando o Estado de seus deveres sociais como justificativa de uma redução nos gastos, sobrecarregando a população e transferindo para a sociedade civil tarefas que antes eram de responsabilidade dos governos. Como consequência disso intensificam-se a pobreza e a fome, e os indicadores desses problemas sociais em países subdesenvolvidos, como o Brasil, apresentam diferenças bastante elevadas quando comparados a indicadores de países desenvolvidos (Rodrigues, 2005).

A fome é uma forma de expressão do problema social que vem se firmando com o desenvolvimento do capitalismo, onde vincula-se a pobreza como produto final das desigualdades sociais. Antes da II Guerra Mundial, a questão da fome era tratada em segundo plano, como um problema que todos sabiam da existência, porém fingiam não ver; após experiências devastadoras como morte de bilhões de pessoas em guerras mundiais foi que o assunto foi reconhecido por sua extrema importância. Neste período a fome se fazia presente por toda Europa e cabia aos países vitoriosos da guerra a responsabilidade de atender a demanda por alimentos tanto de sua população como da população dos países que foram vencidos pelos conflitos da guerra e destruídas toda sua infraestrutura. Como visto, a fome é um problema antigo que vem se destacando a medida que aumentam as desigualdades sociais.

Como foi salientado, Josué de Castro foi referência na problemática da fome e suas possibilidades de enfrentamento. Ele introduziu o caráter político e social da fome, cobrando atitudes das autoridades para o problema em questão; em 1951 foi nomeado presidente do Conselho Executivo da FAO e em 1958 foi eleito o deputado federal mais votado do Nordeste brasileiro. Foi impedido de ocupar o cargo de Ministro da Agricultura, no segundo governo de Getúlio Vargas, pelas forças ligadas ao latifúndio; em 1964, quando se efetivou o golpe de Estado no país que impediu a realização de várias reformas condicionantes para o caminhar do desenvolvimento, Castro teve seus direitos políticos cassados e foi exilado do Brasil. Morreu no exílio, mas é reconhecido por trazer a discussão da temática da fome, que até então era

vista como simples falta de alimentos, problemas ligados a produção e carência na oferta de produtos (Madruga, 2009).

Em sua obra, Geografia da Fome, ele introduz conceitos como de áreas alimentares, áreas de fome endêmica, áreas de fome epidêmica, áreas de subnutrição e mosaico alimentar brasileiro, desse modo ele traça o primeiro mapa da fome no país:

Quadro 1: Conceitos introduzidos por Josué de Castro

Áreas alimentares: são áreas que possuem recursos típicos e dietas regulares baseadas em produtos regionais que reflete em seus habitantes as características biológicas e culturais dessa dieta;

Áreas de fome endêmica: regiões onde pelo menos metade da população apresenta indícios de carência nutricional permanente;

Áreas de fome epidêmica: regiões onde pelo menos metade da população apresenta manifestações de carência nutricional passageiras;

Áreas de subnutrição: são áreas que apresentam desequilíbrios alimentares de forma discreta atingindo apenas pequenos grupos da população;

Mosaico alimentar brasileiro: é a diferenciação regional de todos os hábitos alimentares do país, resultantes da variedade de recursos naturais e das diferentes etnias que constituíram o Brasil.

Fonte: Geografia da Fome, 1946.

O método de investigação que orientou a elaboração da Geografia da Fome foi baseado nos princípios estabelecidos pelos geógrafos alemães Carl Ritter (1779-1859) e Alexander von Humboldt (1769-1859), pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), entre outros. Para Josué de Castro, o objetivo fundamental da Geografia da Fome foi realizar uma análise de natureza ecológica sobre o fenômeno da fome no Brasil, orientado pelos princípios geográficos da localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre (Vasconcelos, 2008).

Para Silva (2003), a fome é a manifestação mais aguda de uma teia de privações. Deste modo faz-se necessário colocar em prática políticas públicas para erradicar especificamente a fome, ao invés de diluir o tema no problema da pobreza e miséria. A primeira razão para isso é destacar que o Direito Humano à Alimentação é parte fundamental dos direitos do cidadão, sendo condição para o exercício dos demais direitos. Trata-se de um princípio político conclusivo de que o acesso à comida não deve transitar no terreno da filantropia, pois é um direito humano e um dever do Estado. E assim deve ser incorporado à agenda oficial dos governos, como está previsto na Constituição Federal. A segunda razão para isso é a necessidade de romper o círculo vicioso que junta a fome à exclusão social. A fome é consequência e também causa da pobreza, ela prejudica a construção da cidadania e da coletividade pois compromete o desenvolvimento dos indivíduos.

Desde a década de 1990 a produção de grãos como soja, milho, trigo e feijão vem aumentando gradativamente, porém todos esses alimentos (com exceção do feijão) são culturas voltadas para o mercado externo. Isso mostra que o país não apresenta dificuldades na disponibilidade de alimentos, mas apesar disso ainda demonstra complexidades em sua distribuição. No Brasil, a existência da fome epidêmica é mais evidente e generalizada, na qual atinge grandes massas de população; pessoas que por gerações receberam como herança a pobreza e a fome (Carneiro, 1997). Apesar do país ser um dos maiores produtores de grãos do mundo, a fome epidêmica é evidente e generalizada, atingindo grande parte da população brasileira que sofre diariamente com a falta de acesso aos alimentos produzidos.

O tema da fome e da segurança alimentar tem ganhado visibilidade e cada vez mais políticos o adotam como estratégia eleitoral. Um exemplo claro disso foram as medidas adotadas pelo presidente Lula, no seu primeiro mandato no ano de 2003, que modificou a agenda do governo com discurso de erradicar a fome e a pobreza do país. Esse governo teve fundamental participação no resgate da questão da fome no Brasil, e evidenciou a preocupação com a população em suas pautas, mostrando também que sem a plena participação do Estado não há meios de superar os problemas da fome e desnutrição recorrentes em todas as regiões do país.

Em meio aos obstáculos ocasionados pelo problema da fome, a agricultura familiar se destaca como prática capaz de enfrentar essa dificuldade. No Brasil, segundo Maluf (2006), existe um grande número de famílias rurais que englobam a dupla condição de fornecedores de alimentos com a de pobres em situação de insegurança alimentar. Deste modo a promoção dessas famílias enfrenta, ao mesmo tempo, duas faces da equação da SAN: proporciona o acesso à alimentos suficientes e de boa qualidade para as famílias rurais e viabiliza a contribuição dessas famílias para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com bons requisitos de suficiência e qualidade. O abastecimento de cerca de 70% de alimentos no mercado doméstico é um ponto que revela a importância desse segmento de agricultores e sua interface com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO 2: CONCEITO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

2.1 A Agricultura Familiar

A composição do trabalho familiar no campo é uma prática antiga que existe desde o início da história da humanidade, esse tipo de trabalho esteve presente em diversos tipos de sociedade, como a escravista, feudal, capitalista e socialista (Fernandes, 2002). Historicamente muitas nomenclaturas foram usadas para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e por último, agricultor familiar. A troca desses termos reflete a evolução do contexto social e também é resultado de nova compreensão sobre tal categoria.

Entre os anos 1950 e 1960 os estudiosos baseavam suas análises das relações no campo em argumentos do debate marxista, conhecido “a questão agrária”, assim predominava o termo camponês. O modo de produção camponês se caracteriza pela autonomia, controle dos próprios meios de produção e subsistência; o objetivo principal do camponês não é o lucro, sua prioridade é o consumo familiar. Segundo Abramovay (2007) o campesinato ainda existe, porém seu conceito sofreu

reformas devido a modernização dos trabalhos rurais, é daí que surge o termo agricultor familiar. O motivo pelo qual houve essa distinção dos termos foi o processo de incorporação aos mercados, a partir disso o modo de negociação dos produtos adquiriu um caráter comercial integrando os agricultores ao sistema capitalista. A influência da modernidade no campo trouxe consigo um aumento na escala de produção, a diminuição do tempo de trabalho devido a utilização de máquinas, fato que diminuiu as práticas produtivas baseadas no trabalho manual.

Para Nazareth Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico que inclui uma série de particularidades, o campesinato se enquadra em uma dessas particularidades da agricultura familiar, onde constitui um modelo específico de produção e vida em sociedade. A autora defende que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, portanto a dimensão que a mesma tem tomado nos últimos anos traz um caráter renovador. Agora, diferente do camponês tradicional, o agricultor familiar é visto como um produtor moderno, que participa das relações comerciais e se beneficia de políticas públicas baseadas na sua realidade econômica e socialmente diferenciada.

Durante o período dos anos 1960 à 1980 a agricultura brasileira estava sofrendo alterações, adquirindo características similares à agricultura de países capitalistas avançados, onde os métodos de produção estavam sendo influenciados e modificados pela tecnologia e modernização. Nesta época o desenvolvimento econômico era baseado na substituição de importações cujo objetivo era modernizar a agricultura abandonando antigas técnicas de produção. Esse processo ficou conhecido como “modernização da agricultura” onde ocorrerem mudanças da forma de produzir, fazendo o uso de sementes selecionadas e insumos químicos (Teixeira, 2005)

Nos anos 1990 as questões relacionadas a Reforma Agrária e produção familiar se consolidaram no contexto brasileiro, a discussão sobre esse tema ganhou espaço frequente nas pautas dos movimentos sociais, órgãos governamentais e por segmentos do meio acadêmico, por estudiosos que se ocupam com as questões de agricultura e meio rural. O conceito de “agricultura familiar” se destacou num período onde ocorreram dois fenômenos de grande impacto social e político no meio rural. O primeiro deles, no campo político a expressão se encaminha como uma nova categoria condensada pelos movimentos sociais do campo e conduzido pelo

sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). A abertura comercial, a falta de crédito agrícola e queda de preço dos produtos de exportação eram dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo rural na época. Assim, a atividade de agricultura familiar apresentou-se capaz de oferecer suporte a outras categorias sociais como assentados e arrendatários, que não se enquadram mais em definições de pequenos produtores ou trabalhadores rurais (Schneider, 2002).

De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe concedeu ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (Schneider, 2002). Esse programa foi elaborado para solucionar as pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, sua principal ação era promover o crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que encontravam dificuldades em manter suas atividades produtivas. A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro reforçou a defesa de propostas que respaldam o compromisso cada vez mais sólido do Estado com essa categoria social que precisava de políticas públicas diferenciadas e que sempre estiveram a margem do crédito rural. Em 2006 foi aprovada a Lei n. 11.326, chamada de Lei da Agricultura Familiar, que consolidou o conceito de agricultura familiar antes denominada como pequena agricultura. Para se enquadrar nessa lei, o agricultor deve cumprir seguintes requisitos:

- Não ter área maior que quatro módulos fiscais;
- Utilizar majoritariamente mão de obra de seus familiares nas atividades econômicas de suas terras;
- Ter renda familiar predominantemente promovida por atividades econômicas vinculadas ao trabalho em seu próprio estabelecimento
- Administrar as atividades com sua própria família.

Na década de 1990, foi realizada uma pesquisa pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com objetivo de designar os rumos de “modelo de desenvolvimento sustentável”, assim ergueu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros pela distinção entre dois modelos: “patronal” e “familiar” (Olalde & Portugal, 2015). A agricultura patronal se caracteriza

pela separação entre gestão e trabalho, enfatizando a monocultura, o trabalho assalariado e tecnologias que diminuem a necessidade da mão de obra; enquanto o modelo de agricultura familiar apresenta uma relação íntima entre trabalho e gestão, com ênfase no cultivo diversificado, na durabilidade dos recursos, sustentabilidade e qualidade de vida.

Um aspecto de muita importância na agricultura familiar camponesa é que ela possui um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, pois se baseia na produção diversificada de alimentos. Ao examinar a temática da Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva da produção familiar, percebe-se que a oportunidade de os agricultores terem uma área própria e recursos para plantio é uma circunstância favorável para a garantia de alimentos à sua família, seja pela produção para subsistência ou pela comercialização de seus produtos.

Diante de toda mudança na agricultura mundial imposta pelo capitalismo, o Brasil vem sofrendo mudanças desde o decorrer do século XX. Essas mudanças deram base para os estudos de Fernandes (2001 *apud* Santana, 2016) onde o autor articula que as formas de resistência dos trabalhadores e o estabelecimento de assentamentos rurais frente a intensificação fundiária geram importante debate sobre os projetos de desenvolvimento rural, reiterando que a reforma agrária é uma política favorável para promover a modernização no campo e diminuição das desigualdades sociais crescentes no Brasil. Entretanto, a reforma agrária engloba uma série de problemas políticos e socioeconômicos que evidenciam a necessidade da implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento rural.

2.2 A Reforma Agrária no Brasil e sua colaboração ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional

A temática agrária no Brasil é uma questão que acumula uma série de problemas, entre os quais se evidencia a concentração de terras e a luta dos camponeses e trabalhadores rurais, bem como seus obstáculos na produção de alimentos. A forma de distribuição de terra no Brasil é desigual, esse fato se explica na divisão de terras do período colonial, onde prevaleciam as capitânicas hereditárias e sesmarias, sendo o principal motivo da origem dos latifúndios e toda concentração de terra. Com a Lei de Terras em 1850, a posse das terras passou a ser por meio da

compra ou venda com pagamento em dinheiro, essa circunstância dificultou o acesso à terra para vários camponeses mais pobres e deu origem a concentração fundiária que hoje é a base das desigualdades sociais existentes no país (Santana, 2014).

A reforma agrária proporciona a desconcentração fundiária e dá aos trabalhadores a oportunidade de promoverem o sustento de suas famílias a partir das próprias práticas agrícolas, portanto, a conquista pela terra carrega também um significado de resgate a cidadania e melhoria na qualidade de vida (Bergamasco & Norder, 1996). O Brasil ainda apresenta uma estrutura fundiária extremamente concentrada, porém desde os anos de 1960 os assentamentos tem se destacado como estratégia efetiva dentro das transformações da questão agrária (Bergamasco, Blanc-Pamard & Choncol, 1997).

Dessa forma, os assentamentos rurais tem se destacado como fundamentais no espaço rural brasileiro por contribuírem social e economicamente por meio da promoção de empregos, diminuição do êxodo rural ligado a diminuição de pessoas desempregadas nos grandes centros, aumento na oferta de alimentos e melhoria nas condições de vida da população rural. Apesar da instabilidade das políticas públicas nesse meio, os assentamentos apresentam resultados positivos quanto a integração social já que promove emprego e aumenta o nível de renda das famílias assentadas; também são apontados como efetivos na diminuição do êxodo rural e no retorno das atividades agrícolas para aquelas pessoas que migraram para os centros urbanos em busca de trabalho quando perderam espaço para as mudanças oriundas da modernização da agricultura. Considerando os obstáculos da vida urbana, tais como desemprego e condições precárias de sobrevivência, a prática da agricultura familiar tem uma forte influência para conter o avanço do êxodo rural (Lamarque, 1993)

A agricultura familiar tem um importante papel no desenvolvimento econômico brasileiro, tornando-se a forma mais efetiva para realizar a reforma agrária. Para Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais se definem como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas que expropriam e reorganizam o uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais com menos condições de acesso à terra. Para o êxito da reforma agrária é necessária a

disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra unido a demais políticas públicas de incentivo a agricultura familiar.

Conforme afirma Norder (1998 *apud* Santana 2014), as relações entre reforma agrária e agricultura familiar surgiram a partir da década de 1940 no Brasil, associada ao combate a problemas sociais como pobreza e má distribuição de renda. Mas somente a partir de 1990 a insegurança alimentar foi relacionada e entendida como consequência da má distribuição de terra, posto que a maioria dos alimentos consumidos por essas famílias vem da produção própria.

Utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desempenhou uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2013, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS. Os dados apresentados mostram os níveis de insegurança alimentar no território brasileiro, destacando suas disparidades entre as diversas regiões e entre o meio rural e urbano. Os dados da pesquisa apontam que, em 2013, 79,5% dos 65,3 milhões de domicílios, estavam em situação de segurança alimentar nas cidades, enquanto nas áreas rurais esse número caía para 64,7%. Além disso, a porcentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada e grave no campo era de 8,4% e 5,5% respectivamente; enquanto na área urbana esse número era de 3,9% e 2,8%.

No Brasil, a existência da pobreza e miséria aguda é consequência do modelo de desenvolvimento vigente que apoia a concentração fundiária que expropria, a tecnologia que substitui a mão de obra e gera desempregos, as condições degradantes de trabalho rural e a urbanização que esvazia o campo (Wanderley, 2001). A conquista pela terra é apontada como um caminho para combater a situação da pobreza e com isso, diminuir os níveis de insegurança alimentar no meio rural brasileiro, isso faz com que a terra seja fundamental no desenvolvimento do meio rural, não apenas como bem material, mas também como valor moral que dá autonomia aos agricultores. Essa autonomia faz com que os assentados tenham a liberdade de escolher como produzir e o que produzir, bem como a possibilidade de criação de animais para consumo próprio ou comercialização.

Em função disso, um conjunto de políticas públicas vem sendo introduzidas pelo governo com intuito de reduzir a fome e possibilitar a geração de trabalho e renda no campo para fortalecer a agricultura familiar.

2.3 Principais Políticas Públicas adotadas para incentivo da agricultura familiar e sua interface com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional

2.3.1 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O crédito rural brasileiro sempre foi um importante instrumento utilizado nas políticas públicas direcionadas a questão agrícola no Brasil, porém esse benefício sempre foi seletivo e concentrador de renda, visto que o governo brasileiro favorecia os agricultores sem levar em consideração as condições de vida e diferenças econômicas, deste modo os agricultores de grande porte possuíam vantagens sobre os agricultores mais pobres por disporem de melhores condições de acesso ao crédito rural. Segundo Mattei (2005), de modo geral pode-se afirmar que até o início dos anos 90 não havia nenhum tipo de política pública voltada exclusivamente para atender as necessidades dos agricultores familiares.

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe um reordenamento do Estado brasileiro, onde ocorreu a descentralização das ações estatais e foram introduzidos novos mecanismos de administração das políticas públicas, esses mecanismos favoreciam uma maior democratização do acesso aos recursos públicos por parte dos trabalhadores rurais. Neste cenário, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era de estimular o crescimento da agricultura familiar e foi considerado a primeira linha de crédito destinada especificamente ao segmento da agricultura familiar no país.

A participação dos atores sociais rurais por meio de suas organizações e lutas teve um papel fundamental no processo de implantação deste programa, o mesmo surgiu a partir dos protestos por parte dos trabalhadores rurais que reivindicavam assistência técnica, infraestrutura e novas formulações para as políticas de desenvolvimento rural. Deste modo, a criação do PRONAF representou a legitimação por parte do Estado de uma nova categoria social, os agricultores familiares. Lauro Mattei (2005) destaca fatores decisivos que mudaram os rumos das políticas de desenvolvimento rural na década de 90, segundo o autor o movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à Confederação Nacional dos

Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) teve importante papel ao direcionar suas reivindicações para a reestruturação produtiva dos agricultores familiares afetados diretamente pelo processo de abertura comercial. Na primeira metade da década de 90, a luta dos trabalhadores rurais que ganhava espaço desde a Constituição de 1988, ganhou destaque nas Jornadas Nacionais de Luta, jornadas organizadas pela Contag, CUT Rural e Movimento dos Sem Terra, e a partir de 1995 passou a ser chamada de Grito da Terra Brasil. Outro fator importante nesse processo foram os estudos realizados pela FAO/Incrá que definiram mais precisamente o conceito de agricultura familiar, além de estabelecer um conjunto de diretrizes para conduzir adequadamente as políticas públicas direcionadas ao grupo dos agricultores familiares.

Em 1994, como resposta as reivindicações por parte dos agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) que se realizava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Provap era uma linha de crédito exclusiva para agricultores familiares e foi considerado a primeira política econômica de maior importância para o desempenho do Pronaf. Conforme destaca Schneider, Cazella e Mattei (*apud* Fernandes, 2004) o programa não obteve muito êxito ao disponibilizar recursos aos agricultores, por ser um recurso burocrático que acabava por limitar o acesso ao crédito rural, porém sua permanência teve papel importante na transição direcionada a uma política pública diferenciada para a categoria de produtores rurais.

A partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Provap foi reformulado e essas modificações deram origem ao Pronaf, cuja institucionalização ocorreu por meio do Decreto Presidencial 1.946, de 28 de julho de 1996. No entanto, no ano de sua criação foram implementadas apenas ações de crédito de custeio e somente no ano seguinte o programa ampliou-se para as áreas de investimentos, infraestrutura, serviços municipais, capacitação e pesquisa onde ganhou maior dimensão e alcançou todo território nacional.

O programa possui quatro linhas de atuação:

- 1) Financiamento da produção: anualmente o programa envia recursos para investimento e patrocínio das atividades rurais em praticamente todos os municípios do país;
- 2) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro para o desempenho de obras de infraestrutura e serviços básicos em todas as regiões do país;
- 3) Treinamento e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela elaboração de políticas para o meio rural;
- 4) Financiamento da pesquisa e extensão rural: designar recursos financeiros para promover tecnologias aos agricultores familiares.

A iniciativa desse programa representou um grande progresso para os agricultores familiares pois a partir dele ocorreram uma série de mudanças institucionais que fortaleceram essa categoria de política pública fazendo com que ela se espalhasse pelas diversas regiões do Brasil. As políticas agrícolas foram ampliadas e deixaram de se resumir ao crédito rural, proporcionando a comercialização da produção, seguro para várias situações e assistência técnica. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento da agricultura familiar na geração de trabalho e renda, promovendo aumento nos indicadores socioeconômico do meio rural brasileiro.

No início do primeiro mandato do presidente Lula, os técnicos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa) e do MDA se deram conta de que os instrumentos de garantia dos preços não eram usados adequadamente para atender a agricultura familiar. Segundo eles, a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM) não estava atendendo os agricultores familiares mais pobres pois estavam longe dos locais onde eram realizadas as compras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou porque as produções eram muito pequenas e dificultava a sua ação na garantia de preços (Peraci & Bittencout, 2010).

Ainda conforme Peraci e Bittencourt (2010), nesse contexto o Programa Fome Zero estava em vigor como principal ação do governo contra o problema da fome, incentivando a produção de agricultores familiares mais pobres para subsistência ou comercialização. Assim ficou claro que muitos agricultores familiares eram desestimulados a aumentar sua produção pois não possuíam meios de vender seus

produtos, deste modo ocorria um círculo vicioso já que quanto mais difícil era a comercialização, menor era a renda e a produção de alimentos. Essa situação deu base para a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

2.3.2 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa de ação estrutural do Projeto Fome Zero, originado em 2003, no início do governo Lula, estabelecido pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003. Para Peraci&Bittencout (2010) principais objetivos são:

- Estimular a produção de alimentos pelos agricultores sociais mais carentes, contribuindo para a sua segurança alimentar;
- Geração de renda para os agricultores por meio das vendas de seus excedentes para o governo federal;
- Incentivar a comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- Ampliar estoques dos alimentos produzidos para a distribuição em pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso a alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Promover a inclusão social dos trabalhadores do campo por meio do crescimento da agricultura familiar.

Segundo o Relatório de Execução das diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos divulgado pelo Consea (2010), o desenvolvimento do PAA ocorre devido, primeiramente, pela distribuição de alimentos para a rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socio assistenciais; também acontece através da estruturação e do desenvolvimento de circuitos locais de abastecimento alimentar; e por último e não menos importante, acumulação de alimentos para fins de fornecimento à população socialmente instável. Para Schmitt (2005), essa ação de integrar questões relacionadas à segurança alimentar e a política agrícola é um fator inovador que o PAA carrega, além de apoiar a comercialização que fomenta a prática da agricultura familiar e possibilita o processo de transferência de renda através desta atividade produtiva.

Os beneficiários fornecedores precisam possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para participar do programa. Essa declaração é assinada por agente técnico credenciado (Emater's, Institutos de Terras, Superintendências estaduais do Incra, entre outros) pela Secretaria de Agricultura Familiar e pela entidade representativa dos beneficiários, além do próprio agricultor. A DAP é concedida para a unidade familiar de produção, englobando todos os membros da mesma residência ou que cultivam na mesma área.

Este programa foi formulado e desenvolvido pelo Consea e se mantém com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), as diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto por mais cinco Ministérios: Fazenda; Planejamento Orçamento e Gestão; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; Desenvolvimento Agrário e Educação, representado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (Consea, 2010). De acordo com Peraci& Bittencourt (2010), o Grupo Gestor do PAA é responsável por definir:

- As categorias de aquisição dos produtos destinados à estoques e as pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da merenda escolar;
- Os preços estabelecidos para compra dos produtos, considerando as diferenças regionais e as condições sociais dos agricultores familiares;
- A prioridade das regiões que necessitam do atendimento do PAA;
- Condições de doação dos produtos aos beneficiários adequados a Lei Complementar n. 111 de 2001;
- A formação dos estoques públicos no contexto do PAA;
- As condições de venda dos produtos;
- Apoio à formação de estoques de alimentos por organizações compostas por agricultores familiares e;
- Quaisquer medidas necessárias para o funcionamento do PAA.

Conforme argumenta Hespanhol (2013 *apud* Porto, 2009) o PAA é um programa muito flexível que se adapta às particularidades regionais e por isso se encontra em constante formulação desde seu início, isso lhe dá capacidade de

alcançar seus objetivos impostos. A partir das suas diferentes modalidades, o programa se torna instrumento que regula o mercado regional garantindo o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar.

Quadro 2: Modalidades do PAA

COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR	Nesta categoria ocorre a compra direta dos alimentos pelo governo federal à preços de referência fixados pela Conab que realiza essa atividade com recursos do MDS e MDA. Essa estratégia além de dar apoio a agricultura familiar proporciona uma movimentação dos estoques adequando a oferta do produto as suas necessidades de consumo, assim cumpre um importante papel na regulação dos preços. Os principais produtos adquiridos nessa modalidade são arroz, sorgo, farinha de mandioca, castanha do Brasil, castanha de caju, milho e feijão.
FORMAÇÃO DE ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR	Criada com finalidade de incentivar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, sustentar os preços e agregar valor à produção. Ela financia a estocagem de produtos da safra vigente fortalecendo a segurança alimentar local uma vez que os alimentos permanecem nas localidades e podem ser comercializados durante todo ano ou distribuídos a população em situação de insegurança alimentar. Desenvolvida pelo MDS e MDA, essa categoria é destinada apenas a agricultores organizados em associações ou cooperativas.
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA	Essa modalidade destina-se a promover a articulação entre a produção dos agricultores e as demandas locais das entidades de promoção social como escolas, creches, abrigos, asilos e hospitais públicos por meio da aquisição de produtos. Essa categoria proporciona a segurança alimentar dos indivíduos beneficiados além de enriquecer os cardápios dessas entidades disponibilizando diversos tipos de alimentos. O mecanismo utilizado pelo MDS para a manutenção desse programa é o convênio com governos estaduais e municipais ou a Conab transfere o recurso aos conveniados que assumem a responsabilidade da sua operacionalização.

INCENTIVO A PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE O objetivo dessa categoria é promover o aumento do consumo de leite pelas famílias em estado de insegurança alimentar, e por outro lado incentivar a produção familiar. Realiza-se por meio de convênios entre o MDS e os governos do Nordeste e Minas Gerais. É desenvolvida com recursos do MDS em parceria com esses estados.

Fonte: Livro Fome Zero, A experiência brasileira 2010.

As primeiras compras de alimentos pelo PAA ocorreram em 2003, na Fazenda Itamaraty no Mato Grosso do Sul. Desde então o Programa tem importantes avanços ao garantir o acesso de produtos cultivados por agricultores familiares para pessoas em situação de risco alimentar, promovendo a segurança alimentar dos seus beneficiados e apoio à agricultura familiar. Desde o seu início o programa já obteve mais de três milhões de toneladas de produtos agrícolas e em 2015 o programa apresentou uma execução financeira de mais de R\$567,2 milhões, beneficiando mais de 95 mil agricultores em todo país (MDS, 2016).

No próximo capítulo será abordado o funcionamento e abrangência do PAA, bem como as ações do poder público municipal para discutir o tema da Segurança Alimentar e Nutricional no município de Campos dos Goytacazes, lócus dessa investigação.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

3.1 O município de Campos dos Goytacazes

Situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, Campos, fundado em 1835, é o maior município em extensão territorial e o sexto maior do Brasil, com área aproximada de 4.032 km² e com população estimada em 483.970 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a mais numerosa cidade do interior do estado.

Historicamente, a região Norte Fluminense passou por três ciclos de crescimento: o primeiro deles foi o ciclo do açúcar no século XIX e tinha como base o modelo mercantil escravista; o segundo grande ciclo do açúcar, já no século XX, teve por base o modelo mercantil-capitalista; e o terceiro ciclo de crescimento econômico a partir dos anos 1970, século XXI, foi favorecido pela indústria do petróleo (Estrada, 2005).

Desde o século XIX a história dessa região é caracterizada pela riqueza oriunda do setor açucareiro, destacando-se o Rio de Janeiro como um dos maiores produtores de açúcar no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX. De acordo com Estrada (2005), durante o primeiro ciclo, a economia da região se dividia entre o setor de subsistência e o setor exportador. O setor de subsistência se encarregava pela produção agrícola, bem como produtos de origem animal que serviam para abastecer o setor exportador (voltado para a produção do açúcar) e o mercado interno, basicamente os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesta época, em torno dos engenhos haviam fazendas, algumas de terras próprias e outras que pertenciam aos engenhos, onde o lavrador era obrigado a moer a cana e receber um pagamento em açúcar pelo serviço. Simultaneamente ao plantio da cana, também ocorria à produção de outros alimentos como milho, feijão, arroz, café, aipim, café e frutas, além da criação de gado. Todas essas culturas eram ligadas ao setor de subsistência voltadas para atender o mercado local, e apenas o excedente era vendido a outras regiões. É importante destacar tal característica desse período, pois evidencia o fato de que até o século XIX a região possuía uma agricultura diversificada e era responsável pela produção de alimentos comercializados nas grandes metrópoles do país. Tinha na sua inserção cultural e

social a agricultura e permanência de pequenas propriedades, característica que se conserva até hoje.

Já no século XX, o segundo ciclo foi alavancado pelos investimentos em infraestrutura para o parque industrial sucroalcooleiro, circunstância que levou a inauguração de 24 usinas de açúcar no Norte Fluminense. O crescimento das lavouras de cana fez reduzir a produção dos alimentos tradicionais e necessários para abastecimento interno, pois o foco da atividade produtiva se tornou a monocultura canavieira (Estrada, 2005). Esses investimentos reestruturaram o setor sucroalcooleiro, expandindo e modernizando a agroindústria açucareira por meio da criação do Programa Nacional do Álcool, o Proalcool (1975).

Como consequência do primeiro choque do petróleo em 1973, os países afetados pela crise buscaram alternativas energéticas, especialmente para os combustíveis de veículos automotores. Deste modo, desaceleraram suas economias a fim de diminuir impactos na balança comercial. Nestas circunstâncias, o governo brasileiro voltou-se para a expansão da produção de álcool anidro para ser misturado a gasolina e foi neste cenário que surgiu o Proalcool. Posteriormente, no segundo choque no ano de 1979, o programa foi ampliado por meio de uma linha de produção de combustível alternativo para veículos, o álcool hidratado fabricado a partir da cana-de-açúcar. No mesmo período foram introduzidas as atividades ligadas a extração de petróleo e a instalação da Petrobrás em Macaé (Cruz, 2003).

Na década de 1980, o setor sucroalcooleiro já estava em crise, além de que no final desta mesma década, o preço do barril de petróleo diminuiu significativamente e, conseqüentemente, as políticas de subsídio e incentivo aos energéticos alternativos também foram reduzidas. Desta forma, o Proalcool passou por um período de estagnação, período esse classificado por Cruz (2003) como o “contra-choque” do petróleo. Inúmeras usinas foram fechadas nessa época, ainda segundo Cruz (2003), na década de 1990 apenas 12 usinas estavam em funcionamento, das 24 inauguradas a vinte anos atrás. Atualmente, a economia do Norte Fluminense é beneficiada através dos *royalties* do petróleo e tem o município de Campos na posição de maior produtor do Brasil, este detém a maior parte desses *royalties*.

É importante destacar que o setor petrolífero teve significativa influência no desenvolvimento da economia e no mercado de trabalho do Norte Fluminense. Os

habituais empregados da agroindústria sucroalcooleira encontravam dificuldades para ocupar as vagas de trabalho trazidas pelo setor petrolífero, pois não dispunham de educação profissional para tal. Então, como afirma Cruz (2003), esse cenário contribuiu para evidenciar os índices de desigualdade social e pobreza rural, tendo como consequência um maior número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Além disso, a chegada de novos trabalhadores para atender a demanda de trabalho gerada pelo novo setor contribuiu para marginalizar os ex-trabalhadores da cana, referidos pelo autor como os “deserdados da cana”.

Ainda conforme Cruz (2003), o Norte Fluminense é conhecido como “região-problema” devido as condições de vida dos trabalhadores rurais da cana e por se destacar negativamente nos principais índices que balizam o desenvolvimento, apresentando baixos níveis de renda, educação, saúde, empregos e qualidade de vida de um modo geral. A condição desse subdesenvolvimento socioeconômico é associada a monocultura da cana, a erradicação de uma produção diversificada e dos cafezais, além de um não desenvolvimento de um parque industrial moderno na região.

Mesmo que antigamente a cidade tenha se beneficiado da prática da atividade sucroalcooleira e posteriormente do setor petrolífero, ainda se mantém o baixo dinamismo em seu mercado de trabalho e economia. De acordo com dados do IBGE (Censo Demográfico, 2010), 3,7% da população do estado do Rio de Janeiro se classifica em situação de extrema pobreza, e a região Norte Fluminense destaca-se em níveis de pobreza rural, onde 9,2% da população se encontra nesta situação.

Tal quadro de pobreza mais intenso no meio rural carrega consigo inúmeras dificuldades no que diz respeito a garantia de renda, saúde, educação, transporte, segurança alimentar, entre outras necessidades básicas. Essas circunstâncias evidenciam a necessidade da realização de políticas públicas para o meio rural, que estimulem o desenvolvimento da agricultura familiar, além de viabilizar a comercialização dos produtos cultivados.

No estado do Rio de Janeiro, esta região foi um dos principais locais da luta pela terra, especialmente o município de Campos, onde fatores como a grande concentração fundiária, a queda da produção canavieira e terras improdutivas intensificaram esse processo (Alentejano, 1997). A década de 1990 foi fundamental

na história desta luta, com destaque a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que iniciou o trabalho de organização no Norte Fluminense.

Conforme explicitado na tabela 1 é possível verificar que cerca de 80% dos assentamentos rurais foram criados a partir dos anos 1990, sendo a maioria resultante do processo de ocupação das terras. O “boom” dos assentamentos neste período está associado a queda da atividade sucroalcooleira que resultou no fim dos subsídios e colapso das usinas, juntamente com a ação do MST que incentivou a ocupação das terras de usinas desativadas (Hermont, 2011).

A partir de um levantamento de dados no site do INCRA, verifica-se que no Brasil existem 976.182 famílias assentadas numa área de 88.408.838,07 hectares, distribuídos entre 9.438 Projetos de Assentamento. O Rio de Janeiro atualmente é a região que possui um menor número de PA, totalizando 80 assentamentos reconhecidos pelo INCRA com área de 180.978,38 hectares e 6.026 famílias. A região norte fluminense concentra o segundo maior número de PA's em relação ao estado, totalizando 25 assentamentos onde 11 deles se encontram no município de Campos dos Goytacazes.

Tabela 1: Famílias Assentadas, ano de criação e área de ocupação dos Projetos de Assentamento

PA Campos dos Goytacazes	Famílias Assentadas (nº)	Ano de criação	Área em hectares
Antônio de Farias	81	2001	1221023,00
Che Guevara	71	2000	1119666,00
Dandara dos Palmares	21	2005	419102,00
Ilha Grande	55	2001	8227218,00
Josué de Castro	31	2007	610998,00
Novo Horizonte	264	1987	4335,10
Oziel Alves	33	2006	584377,00
Santo Amaro	39	2005	584377,00
Terra Conquistada	12	2005	584377,00
Zumbi dos Palmares	492	1997	80005,29

Fonte: Elaboração própria à partir do site do INCRA. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: junho de 2018.

Com propósito de conhecer o tema da Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes e sua interface com a agricultura familiar local em assentamentos de Reforma Agrária, buscando observar as condições de vida dos agricultores e como o poder público municipal realiza programas que atendam a população em situação de insegurança alimentar, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de pesquisa com agricultores e representantes públicos responsáveis pelo assunto na cidade de Campos, com objetivo de saber em que situação se encontram.

Na próxima seção serão abordadas discussões e resultados referentes as pesquisas literárias sobre o assunto e entrevistas realizadas.

3.2 Ações do Poder Público Municipal e de Agricultores Familiares referentes ao tema da SAN

Um dos aspectos desta pesquisa foi identificar as ações do poder público municipal referentes a Segurança Alimentar e Nutricional da população. Sobre esse tema, Danielle da Cunha Lessa Quilici, vice-presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea), diz que:

“Quando se fala em Segurança Alimentar e Nutricional é importante destacar o caráter intersetorial que esse conceito carrega, onde a promoção da SAN acontece através de todos os segmentos da política pública, portanto onde há espaço para a renda também está intrínseco a questão da segurança alimentar.” (Danielle Quilici, vice-presidente do Comsea. Novembro/2017)

Segundo a vice-presidente, em Campos dos Goytacazes, as iniciativas de promoção da SAN são pautadas na questão da agricultura familiar e a partir da secretaria de agricultura, porém não há um diálogo regular com o setor de segurança alimentar. O setor de segurança alimentar tem maior diálogo com a secretaria de saúde e educação onde acontecem programas que garantem a segurança alimentar; no caso da secretaria de saúde, a promoção da SAN acontece através do fornecimento de alimentos à pacientes com restrições alimentares (essa iniciativa não se relaciona diretamente com a agricultura familiar porém também é um meio de promover a segurança alimentar para pacientes que possuem determinadas limitações); no âmbito da secretaria de educação a segurança alimentar é promovida por meio do abastecimento da merenda escolar. Deste modo, o setor de Segurança Alimentar é apontado com setor administrativo que objetiva promover a intersetorialidade das secretarias na garantia da SAN.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar realiza reuniões periodicamente e essas reuniões são abertas aos membros da sociedade civil onde as pessoas levam suas demandas e propostas, neste caso a agricultura familiar tem seus representantes tanto do MST quanto de assentados de Reforma Agrária.

Em entrevista com o agricultor Hermes Cipriano de Oliveira, assentado do PA Antônio Farias, foi discutido sobre as principais dificuldades relacionadas à agricultura familiar e como o tema da SAN é pautado na região pelos agricultores.

Segundo ele, os principais obstáculos acontecem devido a falta de incentivo do governo para o desenvolvimento e programas voltados para o meio rural:

“Esse processo de formação do trabalhador rural e do trabalhador daqui é deficiente e tem poucos trabalhadores de fato aqui e não tem uma política pública de incentivo, quem tem feito esse trabalho de diversificar a produção, de apoiar o movimento da agricultura familiar aqui na região são professores da UENF; a UFF sempre dá um suporte, o IFF e os movimentos sociais: CPT, MST e sindicatos. Então quem discute essa alternativa somos nós, não existe política pública de discussão de segurança alimentar, nada disso.” (Hermes Cipriano de Oliveira, assentado do PA Antônio Farias. Junho/2018)

Deste modo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar aparece como alternativa capaz de viabilizar a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares e encaminha-los a população em situação insegurança alimentar.

3.3 O acesso ao PAA por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Barbosa e Marrecas

Os produtores de Campos dos Goytacazes tiveram o primeiro acesso ao PAA por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Barbosa e Marrecas (APRUMAB), onde foi configurado o início da comercialização da produção dos agricultores via o PAA – doação simultânea, cujo objetivo é atender as demandas locais de suplementação alimentar (Oliveira, 2017). Cabe destacar que essa chamada pública foi uma iniciativa do município de São João da Barra e as vendas aconteceram via CONAB.

De acordo com Oliveira (2017), foram responsáveis por esse processo os militantes do MST na região, entre eles David Barbosa do Nascimento e Cícero Guedes dos Santos - assentados do PA Che Guevara e Zumbi dos Palmares - e José Simões e Pedro Campeão, técnicos contratados pelo MST para elaborar o projeto. A elaboração do projeto contou com diversas reuniões na maioria dos assentamentos da região onde era realizada a apresentação da proposta e associação dos interessados a APRUMAB. Essas reuniões trouxeram um total de 80

filiados à associação e isso permitiu que em 2011 fosse aprovado o projeto PAA CPR – Doação Simultânea nº 2011/02/0005 junto a CONAB.

O projeto beneficiou produtores de oito assentamentos da região, com maior número de fornecedores nos PA's Zumbi dos Palmares e Josué de Castro. Foram integrados dezessete tipos de alimentos ao programa, entre eles abacaxi, banana, abóbora, quiabo, couve, cenoura e, em maior quantidade, aipim.

O processo levou dois anos para ser concretizado e não houve elaboração de um novo projeto por conta da falta de organização da própria APRUMAB, a partir disso o MST passou a investir na organização da Cooperativa dos Agricultores Assentados de Campelo e Região, a COOPSCAMP.

Teoricamente, o PAA permite que os agricultores vendam sua produção para o governo e que este distribua os alimentos de forma mais adequada à pessoas em situação de insegurança alimentar. Deste modo esse programa incentiva a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promove uma melhora na renda dos agricultores, porém os agricultores locais encontram várias limitações e dificuldades quando se trata da execução do programa.

3.4 Dificuldades na comercialização da produção agrícola e obstáculos para a realização do PAA

Segundo estudos de Santana (2014) e Ferreira (2009), podemos afirmar que a comercialização da produção é uma das principais entraves para a viabilidade dos assentamentos rurais. Devido as dificuldades em escoar a produção, muitos agricultores ficam reféns de atravessadores e vendem sua produção por um preço muito baixo. A dependência dos atravessadores está diretamente ligada a problemas como disponibilidade de meios de transporte, contatos com compradores atacadistas e poder aquisitivo que permitem que estes possuam um forte poder de barganha na compra da produção agrícola (Santana, 2014).

Para o agricultor Sérgio Luiz da Silva do PA Oziel Alves, as dificuldades de vender seus produtos vão desde o pagamento de R\$150,00 para obter um espaço na Feira da Roça, até a relação crítica com atravessadores onde vendem sua produção por um valor muito abaixo do preço do mercado.

“É muito difícil nos chegar com nossa mercadoria nos supermercados porque eles vê que a gente não tem pra onde vender e aí pisa no nosso pescoço e fala assim ‘só compro por esse preço’. Nas bancas do mercadão é a mesma coisa.” (Sergio Luiz, assentado do PA Oziel Alves. Junho/2018)

Em entrevista com Luíza Saramago, representante da Emater, foi abordado sobre como a Emater presta assistência aos assentados e se há algum programa ou incentivo a comercialização dos produtos agrícolas. Segundo ela, mesmo a assistência técnica sendo de responsabilidade do Incra, a Emater não nega auxílio aos assentados. Esse auxílio acontece por meio da demanda dos agricultores, quando os mesmos solicitam ajuda em alguma questão e por meio dos programas federais e estaduais que a Emater executa dentro dos assentamentos, como por exemplo o Programa Rio Rural². A Emater também estimula os agricultores a participarem de programas como o PAA, comunicando-os quando os editais são publicados e auxiliando-os nos quesitos necessários para a participação nesses programas.

“A gente tem entre as nossas frentes de trabalho um apoio à comercialização. Então um dos nossos objetivos é apoiar os agricultores nessa parte. Tanto que a gente tem alguns técnicos que visitam constantemente da feira da roça para dar orientação aos produtores. A gente também apoia as compras institucionais, a gente auxilia os produtores a participarem dos processos do PNAE e PAA.” (Luíza Saramago, representante da Emater. Dezembro/2017)

Os agricultores encontram outra perspectiva de venda dos seus produtos por intermédio do PAA, pois através desse programa existe a garantia de preços justos e a certeza da quantidade de produtos vendidos periodicamente, além de estimular a diversificação da produção. Porém, para que o agricultor participe do PAA ele passa por uma série de burocracias e exigências que acabam por desestimular sua participação no programa.

² O Programa Rio Rural é uma parceria do governo do Estado com o Banco Mundial que incentiva atividades econômicas e ambientais. Todo viés do programa é sustentável e tem objetivo de incentivar as práticas sustentáveis dentro das propriedades rurais, sendo elas dentro ou fora de assentamentos.

Inicialmente, para que o agricultor participe do PAA é necessário que ele possua a DAP, declaração de aptidão que reconhece o agricultor como agricultor familiar, porém essa exigência se configura em uma das primeiras dificuldades que o produtor enfrenta nesse processo. Os assentados se deparam com processos muito burocráticos para conseguir essa declaração, fator que faz com que muitas famílias não consigam participar do programa. As dificuldades encontradas para emitir a DAP estão relacionadas ao Incra, órgão responsável pela emissão e garantia de assistência técnica. A emissão dessa declaração deveria ser um processo simples, uma vez que o pedido se torna fácil quando o produtor possui assistência técnica, mas na prática os assentados não possuem assistência adequada, o que implica em obstáculos para que o Incra emita este documento.

As condições de fornecimento de alimentos para o PAA nos locais e dentro do prazo estipulado pelas entidades favorecidas também se configuram em um ponto importante onde se evidenciam dificuldades quanto a implementação do programa, pois alguns agricultores não possuem veículo próprio e dependem de outros recursos para a entrega de sua produção.

Atualmente em Campos foi feita a primeira chamada pública para o PAA, através do Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido pelo Ministério da Defesa com apoio das Forças Armadas, em parceria com o Ministério do Esporte e Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Juventude.

3.5 O Programa Forças no Esporte e sua atuação no município de Campos dos Goytacazes

O PROFESP foi criado no Brasil em 2003, com objetivo de atender crianças em situação de vulnerabilidade social, promovendo o desenvolvimento delas através de atividades esportivas educacionais, lazer e atividades complementares como reforço escolar, palestras e campanhas educativas, além de oferecer alimentação de qualidade para as crianças participantes do projeto. Atualmente são atendidas em média 21 mil crianças, entre 6 e 18 anos, em 89 cidades do país. Segundo o Tenente Campos, da 2ª Companhia de Infantaria do Exército em Campos dos Goytacazes:

“O intuito do programa é chamar crianças com uma estabilidade social inferior, certo? Mas o objetivo do programa além de oferecer esporte é oferecer cidadania, tentar trazer um incentivo na educação, no esporte e na vida pessoal e tentar melhorar a capacidade psicológica da criança. A gente tem um processo muito difícil de criminalização no país e as áreas mais atingidas são as áreas mais pobres, então o PROFESP, na verdade, é pra tentar tirar essas crianças do mundo do crime.” (Tenente Campos. Junho/2018)

O programa conta com recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. A descentralização dos créditos ocorreu através da formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o Ministério da Defesa (MD).

O PROFESP existe há dois anos no município e trabalha com cerca de 100 crianças apenas do sexo masculino, pois ainda faltam recursos na Organização Militar para que o programa inclua também as meninas.

A chamada pública para a aquisição de alimentos pelo PAA é realizada na modalidade Compra Institucional. Em 2017 houve a liberação de crédito estimado no valor de R\$ 118 mil destinados ao programa, mas o trâmite de publicação do edital ainda estava em andamento, fato que prejudicou o desenvolvimento do processo e impediu que a compra de alimentos fosse realizada. A burocracia para realizar uma chamada pública, bem como lançar edital foi apontada pelo Tenente Campos como uma das principais barreiras para a efetivação do PAA no PROFESP, pois até então a Organização Militar do município nunca tinha aberto uma chamada pública.

Recentemente, em 2018, houve uma nova liberação de crédito para compras cujo edital já foi aprovado e publicado, também já foram feitos contratos com agricultores interessados em vender a sua produção e possuem toda documentação exigida. Devido a demora por conta da burocracia envolvida no processo, alguns agricultores desistiram de comercializar seus produtos, embora ainda restem cerca de 5 ou 6 agricultores que permanecem na espera da efetuação de suas vendas. Atualmente estão sendo realizadas reuniões entre os agricultores e representantes da Secretaria de Agricultura e Emater, junto aos responsáveis do Exército, para combinar detalhes sobre quantidade e quais produtos serão fornecidos por cada

produtor inscrito no programa, bem como seus meios de entregas no endereço da Base Militar. A previsão é que em agosto/2018 todo processo esteja resolvido e que tanto as crianças quanto os agricultores participantes do programa sejam beneficiados pela iniciativa do PAA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo inicial abordado nessa pesquisa levanta a questão sobre como o poder público municipal trata da Segurança Alimentar e Nutricional no município e sua interface com a agricultura familiar. Sobre esta questão, os resultados indicam que há baixo dinamismo sobre o assunto e o município não possui programas que atendam diretamente a pessoas em situação insegurança alimentar tanto no meio urbano quanto no meio rural. Foi constatado também que o setor de Segurança Alimentar da cidade que é parte integrante da Secretaria de Assistência Social, porém não possui um diálogo regular com a Secretaria de Agricultura.

Outro aspecto dessa pesquisa foi investigar a situação do PAA no município e as principais dificuldades para o estabelecimento do programa. Segundo as referências bibliográficas e entrevistas realizadas nesta investigação, é possível constatar que os agricultores possuem produção adequada e conhecimento sobre o programa, além de reconhecerem que o PAA é uma importante ferramenta para ampliar seus meios de comercialização. Essa pesquisa identificou que a emissão da DAP, documento exigido dos agricultores para que participem do programa, se configura na principal dificuldade para os assentados, pois a emissão dessa declaração depende da assistência técnica do Incra, que por sua vez não tem auxiliado os agricultores.

Através dessa investigação também se pode observar que o PAA possui pouca abrangência no município e atualmente acontece apenas por meio do Programa Forças no Esporte, projeto social desenvolvido pelo Exército que existe em Campos há dois anos. O PROFESP também enfrenta dificuldades quanto a implementação do PAA, por conta das diversas burocracias decorrentes de abrir uma chamada pública, mesmo que dispense licitações.

Deste modo, podemos certificar que o estabelecimento do PAA está em andamento no município e que o êxito desse programa contribui para assegurar a

segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de também assegurar a comercialização dos produtos dos agricultores, bem como a garantia de renda e alimentos para os mesmos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. 188p. Dissertação(Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 1997.

Balço de Avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos PAA. Consea, 2010. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2010/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-08.2010/@@download/file/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa.pdf>

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BURITY et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flávio; RECINE Elisabetta; LEÃO, Maria; CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito Humano a Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

Castro, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** In: Estudos Sociedade e Natureza. Rio de Janeiro-RJ, Revista Semestral, n.8, p. 70-82, abril de 1997.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional em um plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, 2004. Disponível em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: Julho/2018

CRUZ, João Luiz Viana. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000.** Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). IPPUR/UFRJ, 2003.

ESTRADA, Luis Humberto Castillo. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Norte do Rio de Janeiro.** Campos dos Goytacazes, 2005.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Report of the World Food Summit. Roma, 1997. Disponível em: <http://www.fao.org/wfs>

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Inclusão Social: novas configurações do campo brasileiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002. Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPe, 2002. 1 CD-ROM.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **OPRONAF na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados.** 2013. Monografia (Bacharel em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FERREIRA, Pedro Campeão. **Identificando os mecanismos que controlam a comercialização da produção agrícola em assentamentos de Reforma Agrária no município de Campos dos Goytacazes, RJ.** 2009. Monografia (Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense.

HERMONT, Juliana Lemos. **Análise da distribuição espacial dos assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.** Niterói, Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – UFF, 2011.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar.** Soc. & Nat., Uberlândia, 25 (3): 469-483, setembro/dezembro, 2013.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v.6 n.2 p.335- 353, jul./dez. 2007.

JALIL, Letícia Medeiros. **Mulheres e Soberania Alimentar: A luta para a transformação do meio rural brasileiro.** Rio de Janeiro, 2009.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Consea, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Segurança Alimentar e Nutricional: Uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para às ciências humanas e ambientais.** REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA Fortaleza, Brasil, v.9, n.2, p 93-110, jul./dez. 2015. ISSN: 1982-5528

MACEDO, Dione Chaves; TEIXEIRA Estelamar Maria Borges; BARBOSA Ozeni Amorim; OLIVEIRA Maria Rita Marques. **A construção política da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.** Revista Simbio-Logias, v.2, n.1, maio, 2009.

MADRUGA, Jéssica Arpino. **Segurança Alimentar e políticas públicas.** Porto Alegre, 2009. Disponível

em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25335/000738670.pdf?sequence=1>

MALUF, Renato S. **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. In: MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Nutricional. 3ª ed. RJ: Vozes, 2011.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e fome no Brasil - 10 anos da cúpula mundial de alimentação**. Relatórios Técnicos, 2. Agosto, 2006.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Rev. Cadernos de Debate, vol. 4, p. 66- 68, 1996.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da cúpula mundial de alimentação**. Relatórios Técnicos, vol. 2, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/ceresan/documentos.php>.

MALUF, Renato S. **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. In: MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Nutricional. 3ª ed. RJ: Vozes, 2011.

MATTEI, Lauro. **Impacto do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD. 2005.

MATTEI, Lauro. **Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/janeiro/governo-federal-vestiu-r-567-2-milhoes-na-compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. 2016. Acesso em julho/2018.

MENEZES, Francisco. **Participação Social no Fome Zero: A experiência do Consea**. Fome Zero: A experiência brasileira. Brasília, 2010.

MONTAÑA, Miguel Medeiros. **Compreensão sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Redes an 2009

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e fome no Brasil - 10 anos da cúpula mundial de alimentação**. Relatórios Técnicos, 2. Agosto, 2006.

MALUF, Renato S. **O Consea na Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. In Fome Zero: A experiência

brasileira/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs); - Brasília : MDA, 2010.

OLIVEIRA, Hermes Cipriano. **Organização social e comercialização da produção agrícola dos assentados de Reforma Agrária no município de Campos dos Goytacazes – RJ.** 2017. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Agricultura familiar e os programas de garantias de preço no Brasil.** In Fome Zero: A experiência brasileira/ José Graziano da Silva; Mauro Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); - Brasília; MDS, 2010.

RODRIGUES, Leide Rejane Amaral. **A fome no Brasil: elementos sobre configurações e formas de enfrentamento.** Universidade Federal do Maranhão. Agosto, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Leide_Rejane.pdf

SANTANA, Cynara Martins. **Potencialidades e Barreiras para a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos por assentados de Reforma Agrária no Norte Fluminense.** 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** RBCS vol. 18 nº 51. Fevereiro, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>

SCHMITT, Cláudia Job. **Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Integração entre política agrícola e Segurança Alimentar e Nutricional.** Revista de Política Agrícola. Maio 2005.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. **Reforma Agrária, Qualidade de vida e Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Artigo-1.pdf>

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios.** Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406231456wpdm_Texto-REFORMA-AGR%C3%81RIA-E-ASSENTAMENTOS-RURAIS-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-.pdf

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. **Soberania Alimentar: Uma necessidade dos povos**. Setembro, 2010.

SILVA, José Graziano. **Segurança Alimentar: uma agenda republicana**. Estudos Avançados 17 (48), 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/9919/11491>

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: **impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. Editora Cortez. São Paulo-SP; Out, 2002.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11): 2710-2717, novembro, 2008.

WANDERLEY, Maria, Nazareth Baudel. **Raízes históricas do Campesinato Brasileiro**. In.: XX Encontro Anual ANPOCS. Caxambu, *Anais...* Caxambu, out. 1996. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899445>